



## PSICOLOGIA JURÍDICA: AVALIAÇÕES PSICOLÓGICAS E DECISÕES DE GUARDA DE MENORES

### Autor(res)

Elaine Cristina Azevedo Vaz  
Marcella Victoria Passos De Gouveia  
Rodrigo Alves Linhares

### Categoria do Trabalho

1

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE GUARULHOS

### Resumo

A pesquisa explora a relevância da avaliação psicológica nas decisões de guarda de menores, destacando o papel da definição do perfil psicológico da criança e nas capacidades parentais. Com uma abordagem qualitativa e descritiva, o estudo analisa a importância da psicologia jurídica como ferramenta na tomada de decisões judiciais. A revisão bibliográfica baseia-se em pesquisas e artigos científicos publicados nos últimos dez anos, abrangendo temas e assuntos como: A guarda de menores; Psicologia Jurídica e Responsabilidade parental. Nesse contexto, a guarda compartilhada surgiu pelo desequilíbrio dos direitos parentais e de uma cultura que desloca o centro de seus interesses para privilegiar a criança, no meio de uma sociedade que agora, mostra tendências igualitárias. A Psicologia Jurídica visa analisar os casos em que há responsabilidade parental para atingir o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente e garantir seus direitos de acordo com a legislação vigente. Como questões norteadoras gerais para a avaliação psicológica jurídica foram identificadas a prioridade do melhor interesse da criança, a igualdade parental, e a necessidade de se avaliar todo o núcleo familiar para uma melhor compreensão e posicionamento frente ao caso. O estudo se justifica por refletir sobre uma justiça mais humanizada em que a atuação do psicólogo jurídico possa contribuir na criação de harmonia familiar, minimizando os impactos negativos da separação na adaptação emocional do menor frente à sua nova realidade visando um futuro emocional mais estável.